###### MODELO – PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE sobre documentos relativos ao artigo 3º da Lei nº 4.595, de 18 de junho de 1985 - ARQUIVAMENTO DEFINITIVO (após considerar as decisões do TCE, contas julgadas regulares ou regulares com ressalvas)

**PARECER Nº , DE**

**DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE SOBRE O PROCESSO RGL Nº ..., DE ...**

A Lei nº 4.595, de 18 de junho de 1985, e suas alterações posteriores dispõem sobre a fiscalização pela Assembleia Legislativa dos atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta. A fim de cumprir o disposto em seu artigo 3º, (EXEMPLO: a Fundação Y) remeteu a esta Casa a documentação exigida relativamente ao exercício de ...

A documentação foi autuada no Processo RGL nº ... e encaminhada à apreciação desta Comissão de Fiscalização e Controle. Compete-nos agora, na condição de relator(a) designado(a), em atenção ao disposto no § 15 do artigo 31 do Regimento Interno e no artigo 3º da Lei 4.595, 1985, analisar o desempenho da (EXEMPLO: a Fundação Y) no cumprimento de sua missão institucional e das atribuições que lhe são legalmente reservadas.

Ao examinar os autos, verifica-se que a documentação preenche as exigências formais contidas no artigo 3º da Lei 4.595, de 1985, como segue (atentar para as especificidades de cada tipo de entidade: empresas, autarquias e fundações):

1. Discorre brevemente sobre a Carta Anual ou Relatório Anual da administração (conforme o caso);
2. As demonstrações financeiras, ...;
3. Sobre a política, as diretrizes e os programas, ...;
4. Os projetos de modernização estão mencionados na ...;
5. Informações sobre o grau de endividamento (se o caso) e a estrutura patrimonial pode ser analisada por meio do Balanço Patrimonial e de outras informações presentes no conjunto de demonstrações financeiras;
6. A política de pessoal foi apresentada na seção ...;
7. Quanto à política de preços, ... (se o caso);
8. Políticas de importação e relacionamento com empresas nacionais e estrangeiras, inclusive com reflexos tecnológicos, estão dispostos ... (se o caso);
9. A composição do capital social ... (se o caso);
10. Existem informações sobre os administradores, suas funções e remunerações (fls. ..., ... e ...);
11. Declaração de debêntures (se emite ou não, conforme o caso da entidade fiscalizada).

Agregue-se à análise o fato de o balanço geral (EXEMPLO: da Fundação Y) ter sido julgado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), que exarou acórdão (inserir as conclusões do acórdão), nos autos do processo TC (inserir número).

À vista das evidências sobre o adequado cumprimento da missão institucional (EXEMPLO: da Fundação Y) e da decisão do TCE/SP, propomos o arquivamento do Processo RGL nº ... e o envio de ofício à entidade, a fim de dar-lhe ciência dessa decisão e (caso o acórdão do TCE/SP seja por aprovação das contas com ressalva) recomendar-lhe a observância dos pontos ressalvados pelo TCE/SP em seu julgamento.

Sala das Comissões, em

**Relator(a)**